EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

26 de Abril 2021

ANGOP
Agência Angola Press
SEGUNDA- FEIRA, 26 DE ABRIL 2021

Namíbia quer rapidez na conclusão de leis para cooperação com Angola

Lubango - O ministro dos Assuntos Internos, Imigração, Protecção e Segurança da Namíbia, exortou os peritos do seu país e de Angola a finalizarem os instrumentos legais do protocolo sobre a cooperação entre as polícias de ambos Estados, assinado em 2018.

Frans Kapofi, que é co-presidente da 21ª Reunião Bilateral de Segurança Pública entre o Ministério do Interior de Angola e dos Assuntos Internos, Imigração, Protecção e Segurança da Namíbia, fez este apelo no encerramento na noite dessa sexta-feira, no encerramento do evento decorrido no Lubango, província da Huíla.

O encontro, de três dias, abordou assuntos relacionados com o desenvolvimento dos dois países, concretamente questões sobre as áreas de ordem, defesa e segurança, violações transfronteiriças e de migração, bem como a reabertura da fronteira comum, tendo em conta a Covid-19

Na ocasião, alertou para a necessidade de se revisar os acordos sobre a isenção de vistos para detentores de passaportes diplomáticos, oficiais, serviços e ordinários, pois durante o encontro as partes concordaram têm a responsabilidade de reforçar as suas forças, com vista a promover a estreita cooperação nas áreas identificadas como fundamentais, particularmente relacionadas com a fronteira comum.

Frans Kapofi defendeu ainda a necessidade de se fomentar a coordenação e partilha de informação entre os dois ministérios do interior e suas agências de aplicação da Lei, por formas a garantir a plena implementação dos acordos assinados.

Para o responsável, Angola e Namíbia já alcançaram um ponto de "não retorno" e a determinação de revigorar a sua cooperação.

Namíbia pede extensão do prazo de estadia

Noutra vertente, o ministro dos Assuntos Internos, Imigração, Protecção e Segurança da República da Namíbia, Frans Kapofi, manifestou o desejo de ver alargado o prazo de permanência de cidadãos de ambos os países, de 30 para 90 dias ininterruptos.

Para ele, seria uma medida que viria beneficiar a troca de negócios entre os países e solidificar a sua relação. Recordou que, em 2005, Angola e Namíbia assinaram a rescisão de vistos para entidades diplomáticas, oficiais e com um período de entrada de 30 dias, tempo "muito curto" para que os dois povos possam visitar, fazer turismo e negócios.

Sobre a Covid-19, referiu que como "bons" vizinhos tomaram nota do impacto da doença nos dois países, bem como nas suas economias e agradeceu o Governo da República de Angola, pelo apoio dado durante os primeiros meses da pandemia, pois facilitou a troca de negócios na fronteira comum.

Desde quarta-feira, peritos dos dois países e governadores das províncias transfronteiriças, incluindo a Huíla, analisaram assuntos de interesse comum na fronteira de 1.367 km de extensão.

Estiveram no centro das discussões dos países, a cooperação bilateral no domínio da segurança e ordem pública e outros instrumentos jurídicos, os acordos sobre isenção de vistos em passaportes ordinários e de livre circulação de pessoas e bens na fronteira comum. *(ANGOP)++++*

Empresários chamados a investir na indústria transformadora

Cuito – A classe empresarial deve investir na indústria transformadora para alavancar a economia da província, aconselhou hoje, na cidade do Cuito, o responsável do Gabinete para o Desenvolvimento Integrado do Bié, Israel Chissingui Elavoco.

Em declarações à Angop sobre a situação da indústria, disse que o governo local trabalha na melhoria na rede de transportação e distribuição de energia eléctrica e de água potável, para garantir as bases do investimento privado.

Com 70 mil e 314 quilómetros quadrados e perto de dois milhões de habitantes, o sector da indústria na região controla 385 unidades fabris, com destaque para 194 no município do Cuito, 62 em Camacupa e 49 no Andulo.

Das unidades fabris constam cerâmicas, padaria, pastelarias, moagem, carpintaria, serralharias, serração de madeira, fábrica de bloco entre outras. As unidades fabris actualmente garantem mil 436 empregos direitos, 53 dos quais estrangeiros.

Para estimular a económica local, o Governo do Bié capacita os empresários sobre a elaboração de projectos, visando o resgate da confiança junto da banca nacional. Quando à paralisação do Pólo Industrial do Cunje, sete quilómetros a leste da sede capital "Cuito", por falta de financiamento, o responsável culpabilizou a queda do preço do barril do petróleo no mundo e da covid-19 que causou a desaceleração da economia no país.

O Pólo Industrial do Cunje previa numa primeira fase 40 unidades fabris, tais como indústrias alimentares, de confecções, de chapas de zinco, de instrumentos agrícolas, de louça de alumínio, cerâmicas, caixilharia, carpintaria, moageira, gráficas, bem como recauchutagens.

O lançamento da pedra para sua construção aconteceu em 2010, avaliado em 25 milhões de dólares norte-americanos.

Previa criar mais de mil postos de trabalho.

Dos mil e 900 hectares do Pólo Industrial, 250 foram desminados pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD), Forças Armadas Angolanas (FAA), da Brigada de Desminagem da Casa de Segurança do Presidente da República. *(ANGOP)++++*

Ministério do interior e MPLA lamentam morte de "soba Malanje"

Luanda - O Ministério do Interior manifestou, hoje, "profunda dor e consternação" pela morte de Luciano Barroso Martins "Soba Malanje", ocorrido no dia 24 de Abril, vítima de acidente de viação, em Luanda.

Na nota, assinada pelo ministro do Interior, Eugénio Laborinho, recorda-se que Luciano Martins, que até à sua morte ocupava pastas no Comité Provincial do MPLA no Cuanza Norte, foi um membro activo e dedicado do MPLA, onde desempenhou várias funções e desenvolveu actividades em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

"Foi com profunda dor e consternação que a Direcção do Ministério do Interior tomou conhecimento do passamento físico do senhor Luciano Barroso Martins "Soba Malanje", ocorrido no dia 24 de Abril, vítima de acidente de viação, em Luanda", expressa.

Em todos os momentos, adianta a nota, "Soba Malanje" demonstrou ser um camarada e amigo dos seus, o que certamente deixará uma marca incontornável aos seus familiares, colegas e amigos.

"Nesta conformidade, em nome dos membros da Direcção do Ministério do Interior, oficiais comissários, superiores, subalternos, agentes e trabalhadores civis, endereço as sentidas condolências aos familiares e colegas do malogrado", finaliza.

MPLA junta-se à dor

Num outro comunicado, o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Comité Central do MPLA expressa ser "com profundo pesar" que tomou conhecimento da morte de Luciano

Martins, que considera ter sido militante profundo. "Exemplarmente comprometido com o MPLA, "Soba Malanje" destacou-se pela acutilante presença nas redes sociais, em que marcou a sua militância e activismo com actos de defesa, divulgação de programas e realizações do partido, dignos de um militante de primeira linha", refere.

Segundo o DIP, Luciano Martins foi um incansável militante, respeitável líder e influenciador digital com muitos seguidores nas redes sociais. Acrescenta que o mesmo deixa um legado que deve servir de exemplo de militância, nesta era em que a acção política tem as tecnologias de informação e comunicação como um novo paradigma de actuação e mobilização político-partidária.

"Pelo infausto acontecimento, o Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central do MPLA, em nome dos militantes, simpatizantes e amigos do partido, inclina-se perante à memória do malogrado e endereça à família enlutada, sentidas condolências", lê-se na nota. *(ANGOP)++++*

Ministro de estado apela adesão à campanha de vacinação contra covid-19

Luanda - O ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Pedro Sebastião, apelou, neste domingo, em Luanda, a todos os cidadãos a aderirem à campanha de vacinação contra a Covid-19, sob égide da Comissão Multissectorial de Combate e Prevenção a esta pandemia.

Ao intervir no culto de acção de graças em homenagem ao empenho de entidades no combate à Covid-19, numa iniciativa da Igreja Tocoista, o governante disse que "o Executivo fez um esforço gigantesco na aquisição de vacinas com o objectivo de vacinar o maior número de cidadãos contra este inimigo invisível".

Na ocasião, sublinhou que "a Igreja Tocoísta não é somente para homens e mulheres que dia-a-dia dedicam o seu tempo no combate à pandemia da Covid-19, mas a todos os cidadãos que de uma maneira ou outra têm dado o seu contributo no cumprimento

das orientações dadas pelo Chefe de Estado, no sentido de conter a sua propagação". Na óptica de Pedro Sebastião este gesto demonstra que todos juntos é possível vencer esta guerra. " Os números falam por si. Aquilo que o nosso país mostra ao mundo é que unidos somos fortes e podemos vencer a pandemia. Mas apenas vencemos uma batalha e não a guerra que é o nosso principal objectivo", sustentou.

No entanto, o igualmente coordenador da Comissão Multissectorial de Combate à Prevenção da Covid-19 criticou o relaxamento da população em relação ao cumprimento das medidas de biossegurança, determinadas pelas autoridades sanitárias, levando ao aumento de casos positivos.

Os últimos dados divulgados pelas autoridades sanitárias referem que o país conta com 25.609 casos, com 579 óbitos, 23.092 recuperados e 1.938 activos. Dos activos, 8 estão em estado crítico, 12 graves, 78 moderados, 54 leves e 1.786 assintomáticos.

Nos centros de internamento, estão 152 pacientes, enquanto 121 cidadãos estão em quarentena institucional. As autoridades mantêm 1.436 contactos sob vigilância epidemiológica.

Pedro Sebastião reconheceu que a Igreja Tocoista soube, nos momentos mais difíceis da história recente de Angola, estar ao lado do Executivo no combate da covid-19. Entretanto a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, salientou que os números de casos positivos têm estado a subir e que a responsabilidade é de todos.

A ministra defendeu o uso correcto da mascara fora dos agregados familiares habituais, a lavagem das mãos com água e sabão e o uso do álcool em gel. Pediu, de igual modo, para se evitar grandes ajuntamentos , assim como cumprir-se com o distanciamento social.

Sílvia Lutucuta pediu a contribuição da Igreja Tocoista na sensibilização dos cidadãos para a adesão em massa à campanha de vacinação contra a Covid-19 em curso no país. Por sua vez, o

ministro do Interior, Eugénio Laborinho, afirmou que , face aos sinais de relaxamento da população em termos do cumprimento da medidas de biossegurança, o efectivo vai continuar a trabalhar pedagogicamente.

Conforme o ministro, a intenção é sensibilizar a população, mostrando que o uso da máscara facial, o distanciamento físico e evitar os ajuntamentos populacionais é a melhor forma de se prevenir e combater à pandemia da Covid-19.

Por seu turno, o bispo da Igreja Tocoista, Dom Afonso Nunes, afirmou que este acto se insere na acção social da congregação que dirige. Na óptica do líder religioso, a sua congregação não podia ficar indiferente ao esforço levado a cabo pelos cidadãos que estiveram na linha da frente no combate a esta pandemia desde as primeiras horas em que se registaram casos positivos no país.

No culto, que contou também com a presença dos ministros do Interior e da Cultura, Turismo e Ambiente, respectivamente, Eugénio Laborinho e Jomo Fortunato, foram homenageadas 32 personalidades das 50 convidadas. *(ANGOP)++++*

Mega campanha de limpeza de Luanda começa hoje

Luanda – A mega campanha emergencial de limpeza e recolha de resíduos sólidos na província de Luanda começa nesta segunda-feira, com o envolvimento de 12 empresas de construção civil e de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Sob coordenação da Comissão Multisectorial criada pelo Presidente da República, a campanha, cujo objectivo é eliminar os focos de lixo acumulados nos vários municípios, contará ainda com a participação de operadoras com tradição na recolha de resíduos sólidos.

Desde Janeiro último, a recolha do lixo é feita de forma "intermitente", o que originou grande acúmulo de resíduos sólidos em praticamente todos os municípios. Desde então, vários bairros e várias ruas, incluindo das centralidades erguidas pelo Estado, além de estradas e valas de drenagem ficaram tomadas pelo lixo.

O Governo de Luanda tem vindo a promover campanhas de limpeza, com a participação da sociedade civil, para minimizar os estragos, até que as novas operadoras consigam devolver a imagem anterior da capital do país, onde de estima habitarem mais de sete milhões de pessoas.

O problema do lixo em Luanda começou a agudizar-se em Janeiro de 2021, depois que o Governo provincial suspendeu os contratos com as operadoras de limpeza. Na base da medida esteve a incapacidade das autoridades locais de continuarem a pagar as operadoras em moeda estrangeira e ao câmbio do dia, como estipulavam os contratos celebrados em 2016.

Dados disponíveis indicam que até Novembro de 2020, a dívida do Governo de Luanda para com as operadoras ascendia aos mais de 200 mil milhões de kwanzas.

Até Janeiro de 2021, o processo de recolha de resíduos sólidos em Luanda era da responsabilidade das empresas Queiroz Galvão, no município de Luanda, Vista Weste, municípios do Talatona e Belas, Nova Ambiental, em Viana, Rota Ambiental, em Cacuaco, Elisal, Cazenga, e Sã Ambiente, em Icolo e Bengo e Quiçama.

Para substituir as empresas, foi lançado um concurso público na sequência do Despacho Presidencial de 23 de Fevereiro, que autoriza a despesa e formaliza a abertura do procedimento de contratação emergencial no valor de KZ 34 mil milhões, 885 milhões, 662 mil e 22 para serviços de limpeza e recolha de resíduos sólidos.

O processo para a contratação de novas operadoras, que se iniciou a 24 de Fevereiro de 2021, teve a participação de 69 empresas, 39 das quais cumpriram com os requisitos. Destas, sete foram apuradas.

No âmbito do concurso público, o GPL apurou sete operadoras para a limpeza da capital país: Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL-EP), indicada para os municípios de Luanda e Cazenga, ER-Sol (Icolo e Bengo), Sambiente (Quiçama e Viana), Multilimpeza (Cacuaco), Jump Business (Belas)

e Chay Chay (Kilamba Kiaxi), assim como o Consórcio Dassala/Envirobac (Talatona). A província de Luanda produz, diariamente, pelo menos seis mil 800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidos, até 2020, por seis operadoras. *(ANGOP)++++*

Mais de 100 mil professores com categorias actualizadas

Luanda - Cento e oitenta e um mil seiscentos e vinte e quatro agentes da educação serão beneficiados pela actualização da categoria, no período entre Maio de 2021 a Janeiro de 2023.

O processo de actualização de categorias dos docentes em causa é o resultado do entendimento alcançado, nesse sábado, pelo Ministério da Educação (MED) e o Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof), em resposta ao caderno reivindicativo apresentado, em 2019, pela força sindical.

O caderno reivindicativo tem como principal ponto a valorização do tempo completo de serviço de todos os professores.

Segundo o documento assinado pelas partes e certificado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), os primeiros 105 mil agentes serão promovidos até ao mês de Janeiro de 2022 e efectivado na fixa financeira, tendo em conta o tempo de serviço correspondente ao enquadramento de cada agente no sector, a definir em regulamento próprio pelas partes.

Neste sentido, será criada uma comissão de trabalho, a todos os níveis, integrados por membros do MED, gabinete provinciais da educação, direcções municipais da educação e pelo Sinprof.

As partes acordaram ainda a contínua discussão dos demais pontos constantes no caderno reivindicativo, até a sua resolução efectiva. Em relação ao cronograma de acções, ficou acordado, em Maio, a discussão e aprovação do regulamento, sendo que nos meses de Junho e Julho iniciar-se-á a recolha de documentos.

Nos meses de Agosto e Setembro, os técnicos vão proceder a análise documental e, entre Outubro de 2021 a Janeiro de

2022, começa a efectivação na base financeira da primeira fase. O MED e o Sinprof definiram, ainda, o período de Fevereiro de 2022 a Janeiro de 2023 para a efectivação financeira da segunda fase e conclusão do processo.

O secretário-geral do Sinprof, Guilherme Silva, afirmou que, com a assinatura do acordo, é dada ao Governo uma moratória para a resolução e conclusão do processo de actualização da categoria dos professores.

"Com assinatura deste memorando, a greve convocada para segunda-feira, 26, fica suspensa e as crianças e os professores continuarão na normalidade a exercer o magistério nas instituições de ensino públicos ou comparticipadas", referiu.

Guilherme Silva apela a todos os professores a nível nacional para que preparem a documentação necessária no sentido de, no momento exacto, acorrem nos locais a indicar. Por sua vez, a ministra da Educação, Luísa Grilo, afirmou que o processo de promoção dos professores não pode ser entendida como uma exigência, mas sim um direito.

"Estamos aqui para corrigir o que está mal, conforme é o lema do Executivo angolano", referiu. Em relação aos demais pontos do caderno reivindicativo apresentado há dois anos, a ministra referiu que cabe cumprir, tendo em conta que o ponto sobre a passagem do período probatório para a nomeação definitiva já tem o parecer positivo do MAPTSS e será executada nos próximos dias.

Está ainda em discussão, para ser encaminhado ao Conselho de Ministros, a questão da remuneração dos professores que trabalham nas zonas recônditas. "Os documentos já estão prontos. Neste momento estamos a colher contribuições por parte do sindicato no sentido de definir o que é uma zona recôndita, as características do município e condições que podemos considerar para fazer esse pagamento diferencial", referiu.

O secretário de Estado da Administração Pública, Vânio António Gaspar Americano, destacou a flexibilidade entre as

partes, referindo que o acordo visa dar resposta a salvaguarda dos direitos dos agentes da educação. Vânio António Gaspar Americano apelou ainda aos gestores de recursos humanos para que, no âmbito da planificação de efectivos, considerem a promoção como um elemento muito sério, visto que todos os anos o sector da educação regista processos de passagem à reforma de muitos dos seus quadro.

Avançou que é com base neste pressuposto atrelado à avaliação que as promoções devem ser feitas. A greve havia sido decidida em assembleias provinciais realizadas no dia 17 deste mês, na sequência da "não satisfação de pontos do caderno reivindicativo de 23 de Outubro de 2019". *(ANGOP)++++*

JORNAL DE ANGOLA On Line

SEGUNDA– FEIRA, 26 DE ABRIL 2021

Acordo com Cuba em matéria penal vai à votação

A Assembleia Nacional retoma, hoje, os trabalhos da 7ª reunião plenária ordinária, tendo na agenda, entre outros pontos, a discussão e votação do Projecto de Resolução que aprova, para Ratificação, o Acordo entre Angola e Cuba no domínio da assistência jurídica e judiciária em matéria penal.

O acordo foi assinado em 2019, durante uma visita de Estado do Presidente João Lourenço a Cuba, a convite do homólogo, Miguel Diaz-Canel. A reunião, iniciada na quinta-feira, tem ainda na agenda a discussão e votação do Projecto de

Resolução que aprova, para Ratificação, o Acordo de Cooperação entre os Ministérios do Interior de Angola e Hungria no domínio da Segurança e Ordem Interna. O acordo prevê o fornecimento, ao Ministério do Interior, de equipamentos tecnológicos para a fiscalização e controlo de fronteiras.

Também no domínio da Segurança e Ordem Interna, os deputados devem discutir e votar o Projecto de Resolução, que aprova, para ratificação, o acordo entre os Governos de Angola e da Guiné Equatorial.

Consta, igualmente, da agenda, a discussão e votação do Projecto de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo de Cooperação entre Angola e o Reino de Espanha em matéria de Segurança e Combate à Criminalidade.

Dois projectos de Resolução que aprovam a substituição de membros pela CASA-CE, FNLA e MPLA na Comissão Nacional Eleitoral e nas Comissões Provinciais Eleitorais constam também da agenda da sessão plenária. (J.A)++++

Angola tem mais de 64 mil marcas registadas

O pais tem 64 968 marcas registadas, soube o Jornal de Angola de uma nota de imprensa do Ministério da Indústria e Comércio (MINDCOM), que realiza hoje, em Luanda, um seminário sobre "Garantia e Valorização de Propriedade industrial", promovido pelo Instituto Angolano da Propriedade Industrial (IAPI).

O encontro, a ser orientado pelo ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, realiza-se em alusão ao Dia Mundial da Propriedade Intelectual, que se assinala, hoje, com participação de quadros seniores do sector, juízes da Sala do Comércio, Propriedade Intelectual e Industrial, procuradores, académicos, empresários, distintas associações, entre outras entidades.

De acordo com a nota, o Instituto Angolano da Propriedade Industrial tem ainda sob registo 3 970 patentes de invenção, bem como 1 694 insígnias de estabelecimentos. O Dia Mundial da

Propriedade Intelectual é celebrado, anualmente, no dia 26 de Abril. A data foi instituída pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 2000, para elevar a consciência sobre patentes, direitos autorais, marcas e desenhos industriais, entre outros objectivos.

O dia 26 de Abril foi escolhido como data para a efeméride, por coincidir com o aniversário da convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que entrou em vigor, em 1970. Neste dia aconteceram importantes eventos, no mundo todo, com o tema Propriedade Intelectual.

Em Angola, os direitos de propriedade industrial são regulados pela Lei nº 3/92, de 28 de Fevereiro, Lei da Propriedade Industrial, e a gestão está sob responsabilidade do Instituto Angolano da Propriedade Industrial (IAPI), criado em 1996, sob superintendência do Ministério da Indústria e Comércio (MINDCOM).

O IAPI tem a missão de implementar a política do Executivo no domínio da propriedade industrial, tendo como principais serviços o registo de patentes de invenções, modelos e desenhos industriais, marcas, insígnias e nomes de estabelecimentos, entre outros.

A propriedade industrial pressupõe um conjunto de direitos que confere, aos proprietários, o uso exclusivo sobre invenções, "design" e sinais distintivos de comércio. (JA)++++

Províncias fronteiriças criam fórum permanente

Autoridades angolanas e namibianas recomendaram, na cidade do Lubango, província da Huíla, a criação de um fórum das províncias fronteiriças dos dois países para tratar de assuntos de interesse comum.

A recomendação saiu do primeiro encontro de governadores das províncias do Namibe, Cunene e Cuando Cubango, incluindo a Huíla, assim como Omusati e Ohangwena (Namíbia), no âmbito da 21ª reunião bilateral entre Angola e a Namíbia.

No encontro, as partes analisaram questões pontuais relativas ao combate à praga de gafanhotos, prevenção e combate à Covid-19, transumância de gado e imigração. No final da reunião, o porta-voz da actividade, governador da província do Cuando Cubango, Júlio Bessa, disse que a recomendação será dada a conhecer aos órgãos superiores dos dois países.

Realçou que a ideia é permitir aos actores directos (governadores), já que são eles que estão na linha da frente, a fim de reunirem, pelo menos, semestralmente e a nível bilateral, sempre que as partes entenderem.

Durante o encontro, foram abordados, entre outros assuntos, o combate à praga de gafanhotos, a transumância, o roubo de gado, bem como os deslocados angolanos que se encontram na Namíbia.

Em relação ao combate à praga de gafanhotos, que afecta a região fronteiriça, segundo o governador do Cuando Cubango, as partes defenderam uma acção coordenada, para evitar a violação dos espaços aéreos.

Júlio Bessa explicou que as partes estão a fazer um combate "titânico" à praga de gafanhotos, mas de forma descoordenada. "Sente-se que há alguma descoordenação porque cada um está a fazer o seu trabalho. Concluímos que devíamos ter uma estratégia única, para evitarmos o perigo da violação dos espaços aéreos", explicou.

Reconheceu que para um combate eficaz de gafanhotos se utiliza meios aéreos e ocorre sempre o perigo da violação dos espaços aéreos. "É necessário que ambas partes estejam avisadas e a trabalharem em conjunto para que o combate à praga seja mais eficaz", defendeu.

O governador do Cuando Cubango, que coordenou os debates, disse que foi prematuro debruçar-se sobre o número de famílias afectadas e lavras devastadas, mas reconheceu que "os estragos continuam".

"Não falamos em números. É impossível revelar. Porém, dou o exemplo da província do Cuando Cubango que domino bem:

tivemos pragas no Rivungo, Mavinga, Calai, Dirico, Cuangar e actualmente estão a entrar pelo Savati. Muito provavelmente, se continuarem com essa dinâmica, os gafanhotos chegam a Menongue", disse.

Durante a reunião, os governadores abordaram, igualmente, a situação e a definição de acções de cooperação para a prevenção e combate à Covid-19 na região fronteiriça. Analisaram, ainda, assuntos sobre o roubo de gado na fronteira, bem como a situação de dois mil cidadãos angolanos que se deslocaram à República da Namíbia devido à seca no Sul de Angola, particularmente, no município dos Gambos, Huíla.

Júlio Bessa informou que a governadora da província do Cunene se comprometeu em deslocar-se à Namíbia, nos próximos dias, para constatar a realidade e fazer chegar os apoios a serem prestados pelas autoridades angolanas.

A transumância causada pela seca esteve também na agenda da reunião. Júlio Bessa informou que, do lado angolano, existem preocupações fundadas, sobretudo na província do Cunene, em que, para além da transumância, há a tendência de fixação de pessoas do lado angolano.

Disse que há transumantes que estão a fazer, inclusive, pequenas fazendas e a ocupar terrenos sem qualquer autorização. A questão, sublinhou, é preocupante. Por isso, acrescentou, os governadores sugerem a criação de equipas de trabalho conjunto nas províncias fronteiriças.

Em relação à reabertura da fronteira com a Namíbia, Júlio Bessa referiu que do lado namibiano a fronteira está praticamente aberta. Segundo o governador do Cuando Cubango, a decisão da abertura da fronteira depende da decisão dos dois Governos, ao mais alto nível. (JA)++++

Semana da Legalidade destaca justiça penal

A Procuradoria-Geral da República (PGR) abre hoje, em todo o país, a Semana da Legalidade, que decorre sob o lema "A posição do Ministério Público no novo sistema de Justiça

Penal", em alusão ao 42º aniversário da instituição, que se assinala amanhã.

Em Luanda, uma delegação da PGR, encabeçada pelo procurador-geral da República, Hélder Pitta Groz, visita, hoje, o Arquivo Histórico. Na Região Judiciária Sul, as comemorações são abertas, em Ondjiva, com uma palestra com o tema "O papel do Ministério Público no âmbito do novo Código Penal".

Estão, ainda, programadas várias palestras e actividades de solidariedade social, recreativas e desportivas. "Os actos praticados pelos titulares de cargos de responsabilidade e outros inerentes ao cargo ou funções" e "O contrato público" são os outros temas agendados para o primeiro dia.

Na terça-feira, são abordados "Os direitos e deveres do arguido, crimes de injúrias, calúnia e difamação e a instrução preparatória", enquanto para quarta-feira os temas são "Os crimes sexuais", "Fuga à paternidade", "Furto de gado" e "Medidas cautelares em processo penal".

A Procuradoria-Geral da República é um organismo do Estado com a função de representação do Estado, nomeadamente no exercício da acção penal, de defesa dos direitos de outras pessoas singulares ou colectivas, de defesa da legalidade no exercício da função jurisdicional e de fiscalização da legalidade na fase de instrução preparatória dos processos e no que toca ao cumprimento das penas. (JA)++++

AGT arrecada 1.524 milhões no terceiro leilão de mercadorias

A Administração Geral Tributária (AGT) realiza, hoje, entre as 9 e 20 horas, o Quarto Leilão Nacional Online de mercadorias diversas contentorizadas e não contentorizadas, incluindo viaturas demoradas e abandonadas nos recintos aduaneiros, depois dos 1 524 milhões de kwanzas arrecadados na ronda anterior, realizada a 14 de Março.

As mercadorias em arremesso estão na primeira, terceira, quarta e sexta Região Tributária da AGT. Para participar, os

interessados ainda não cadastrados devem antes inscrever-se no portal do contribuinte para a obtenção da respectiva senha que habilita a participação em qualquer leilão de mercadorias promovido pela Administração Tributária.

As mercadorias em leilão, segundo fez saber a AGT, estão abrangidas pelos termos de arrematação de bens apreendidos, perdidos ou abandonados, previstos no Código Aduaneiro, bem como no Decreto Executivo Conjunto nº 12/95, de 28 de Abril, que aprova os prazos legais de armazenagem.

Normas fiscais

As normas fiscais são elaboradas em função da capacidade contributiva de cada cidadão, daí que, ninguém precisa de se endividar para pagar impostos, declarou José Leiria, administrador da AGT, quando discursou no acto oficial de abertura do Programa Nacional de Educação e Cidadania Fiscal dirigido aos Estudantes Universitários.

"As normas sobre a criação de imposto têm que ter como base a capacidade contributiva de cada um, que é demonstrada através do consumo. Essa é a essência", elucidou, admitindo que o incumprimento das normas fiscais demonstra incapacidade do Estado.

José Leiria acentuou que o Estado cumpre esse princípio de tributar quando a pessoa tem rendimentos e os impostos vão incidir sobre esses proveitos, através do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT).

A tributação acontece quando a pessoa tem a capacidade de fazer consumo ou possui dinheiro disponível para comprar coisas, e, ao proceder o pagamento do IRT, contribui com uma pequena parcela do seu orçamento.

Pessoas abrangidas

Na sua opinião, a contribuição fiscal deve ser atribuída a pessoas com património relevante, cuja manutenção deste património exige determinada capacidade financeira, alienando-se a pessoas que vivem em situação de declarada precariedade.

O administrador da AGT lembrou que de 1975 a 2010, Angola enquanto país independente, abraçou as normas que já estavam em vigor desde a legislação colonial, e estabeleceu um protocolo constitucional com algumas regras, sendo que todas as normas que violassem aquele protocolo constitucional não devessem ser aplicadas.

"O Estado angolano decidiu que a riqueza devia ser de todos, e, portanto, os bens deviam ser de propriedade comum, e nessa época, houve um processo de confisco e de apropriação da riqueza para a esfera jurídica do Estado", recordou. (JA)++++

Defendida criação de centro de reeducação de menores

O novo juiz presidente do Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo, província do Zaire, defendeu, quinta-feira, a construção, na região, de um centro de reeducação para internamento de menores em conflito com a lei, para evitar que voltem a cometer outras acções criminosas.

Alberto da Silva Coxe, que falava na cerimónia em que foi apresentado às autoridades da província do Zaire, informou que deram entrada no Tribunal de Comarca de Mbanza Kongo 148 processos-crime, seis dos quais sobre corrupção e peculato, envolvendo gestores públicos.

Esclareceu que os seis processos sobre corrupção e peculato, encontram-se na fase de instrução preparatória, devendo os implicados serem julgados nos próximos meses.

O responsável informou, também, que o órgão na província funciona com 11 funcionários, sete magistrados do Ministério Público, quatro magistrados judiciais, número que considerou insuficiente para atender à demanda processual na região.

Alberto da Silva Coxe prometeu desenvolver um trabalho baseado nas boas práticas da administração da Justiça, tendo, por isso, solicitado ao Conselho Superior da Magistratura Judicial o aumento do número de juízes e de oficiais de Justiça.

O magistrado judicial anunciou, ainda, a criação, no município do Nzeto, de uma Sala de Competências Genéricas,

para além de expandir as sessões de julgamento para o Kuimba, para permitir que as populações locais possam sentir, de forma directa, os serviços de Justiça. Em relação ao contrabando de combustível, uma prática recorrente na região, apelou aos cidadãos que ainda persistem nesta actividade a desistirem, sob pena de sentirem o "peso da Justiça".

Alberto da Silva Coxe foi apresentado pelo vogal do Conselho Superior da Magistratura Judicial Baptista Guenjo, que lembrou que foram criados, no país, 60 tribunais de Comarca, cujo objectivo é o de aproximar os serviços de Justiça aos cidadãos.

Antes da nomeação ao cargo, em substituição de Eugénio Domingos, falecido em Novembro do ano passado, Alberto da Silva Coxe exerceu judicatura, durante 15 anos, na província do Zaire.

O governador do Zaire, Pedro Makita, pediu aos órgãos da administração da Justiça mais celeridade e eficácia na tramitação dos processos-crime, para que as populações possam sentir-se seguras e confiantes com a Justiça. (JA)++++